

O TROCO

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região | Abril 2018

Mala Direta
Postal Básica
9912330578 - DR/RS
SIND. BANCÁRIOS PELOTAS
"CORREIOS"



SINDICATO DOS
BANCÁRIOS
PELOTAS E REGIÃO

O DESAFIO DE MANTER A DEMOCRACIA VIVA

Prisão política do candidato que lidera as pesquisas de intenção de voto escancara parcialidade do Poder Judiciário brasileiro

O TROCO

Uma publicação mensal do Sindicato
dos Bancários de Pelotas e Região

março/2018

Editorial

Lula está preso. Alckmin está solto. A operação lava jato caminha para o seu desfecho. Desde o seu início consagrou-se como uma operação seletiva, partidária e eleitoreira, cujo objetivo final era a prisão de Lula, evitando que o petista pudesse concorrer às eleições. Sem prova, a Justiça brasileira diz trabalhar com convicção. A mesma convicção que faltou para a Justiça e o Congresso para investigar Temer e Aécio, retirando-lhes o foro privilegiado, e, agora, novamente inexistente para investigar Alckmin, já que a Procuradoria-Geral da República, em parceria com o STJ, livrou Alckmin da mira da operação. É preciso ser muito ingênuo ou mal intencionado para não compreender o que está ocorrendo em nosso país. Os bancários reafirmam sua disposição em defender a democracia. E defender a democracia, hoje, é defender a possibilidade de Lula se candidatar à presidência da República. Só assim poderemos seguir lutando por uma sociedade em que os direitos trabalhistas e previdenciários não sejam utilizados como moeda de troca entre os grandes empresários que corrompem o poder político para legislar a favor de seus interesses particulares. A palavra de ordem é **Justiça**. É **Lula livre**. É **união** dos setores progressistas do nosso país. A esquerda precisa dar uma resposta democrática e republicana aos desmandos fascistas e ao ódio de classe. E essa resposta precisa vir, nas urnas, com um projeto em comum, contra o neoliberalismo e a favor dos trabalhadores brasileiros.

Expediente

Coordenador de Comunicação

LUIS DIOGO

Jornalista Responsável

EDUARDO MENEZES | MTb 15966 DRT/RS

Estagiário de Comunicação

MARCELO NASCENTE

Periódico mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas
e Região. Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS

Telefone: (53) 3225.4108 e (53) 3225.4066

Site: www.bancariospel.org.br

e-mail: seebimprensa@gmail.com

Impressão Gráfica Seriate

Artigo

A prisão de Lula é política

Por João Filho* (edição Seeb - Pelotas)

N a véspera do julgamento do habeas corpus de Lula, o chefe das Forças Armadas usou o Twitter para colocar a faca no pescoço dos ministros do STF. O recado foi claro: ou os juízes pavimentavam o caminho para a prisão de Lula ou o homem que está sentado sobre o arsenal bélico da nação tomaria alguma atitude. A intimidação à democracia foi aplaudida publicamente por políticos, generais e até pelo juiz Marcelo Bretas. O perfil do TRF-4 no Twitter, o tribunal de segunda instância que condenou Lula sem provas, também curtiu o tweet que continha a ameaça golpista do comandante do Exército.

Barroso declarou que o tribunal estava dentro da “fogueira das paixões políticas” e que era preciso interpretar a Constituição em “sintonia com o sentimento social”, o que é uma aberração sob qualquer ponto de vista. No dia seguinte, o Vem Pra Rua convocou uma manifestação em Porto Alegre em que se botou fogo em 11 bonecos que representavam os ministros do Supremo. Estavam ali, literalmente, as “fogueiras das paixões políticas” representando o “sentimento social” com o qual Barroso está em sintonia.

É inegável que todos esses atores estão politicamente alinhados e atuando em conjunto com objetivo de tirar Lula das eleições nas quais aparece como favorito. O comandante das FA está vigilante e intimidando qualquer possibilidade de traição interna no conluio. Tudo isso seria um escândalo em qualquer democracia séria do mundo, o que não é o nosso

caso, já que temos uma Justiça que está a reboque de um “sentimento social” e não da letra fria da Constituição.

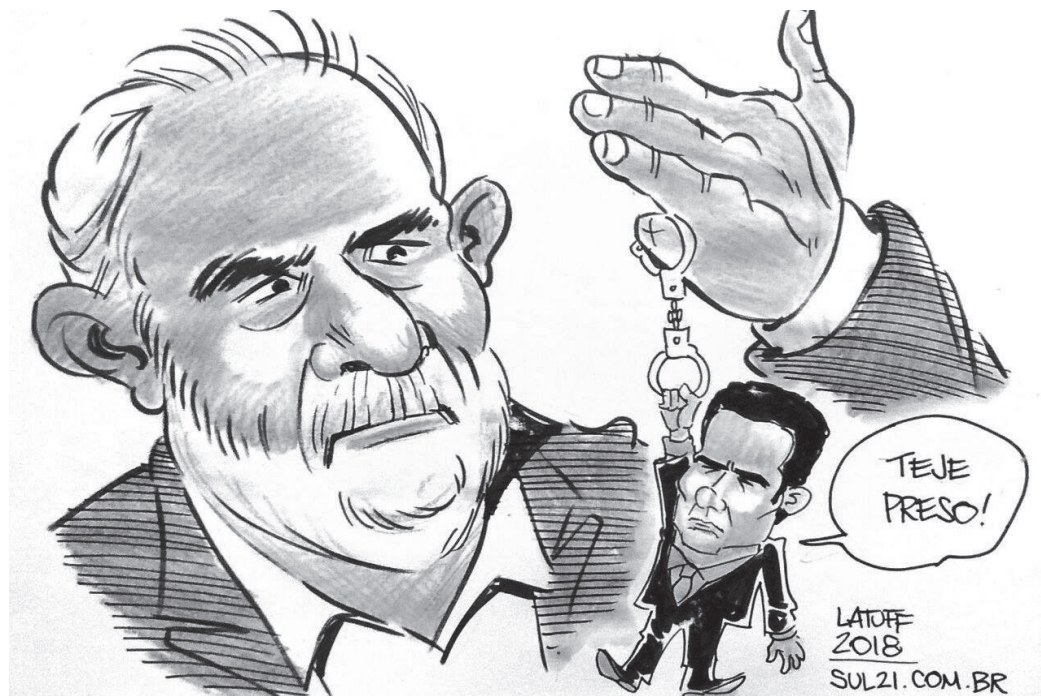
Para os brasileiros que acreditam ser o PT o grande inimigo da nação, a prisão de Lula foi mais um dos orgasmos múltiplos e coletivos que eles têm alcançados nos últimos anos. O antipetismo, esse “sentimento social” que norteia as decisões de Barroso, virou uma patologia e não representa apenas uma ojeriza apenas ao partido, mas a todos os partidos de esquerda e qualquer pensamento proveniente deste espectro político.

Essa revolta contra o que dizem ser “impunidade” é mentirosa e não resiste aos fatos. A indignação não está calcada em princípios morais, mas ideológicos. MBL, Vem Pra Rua e congêneres que organizam o antipetismo jamais bateram uma canequinha na varanda contra a impunidade de Fernando Capez (PSDB) ou de Eduardo Azeredo (PSDB) e de outros do grupo político aos quais estão alinhados ideologicamente. Também não vimos o comandante do Exército usar suas redes sociais para reclamar da impunidade de algum tucano. A hipocrisia dos moralistas não é uma novidade.

Cármem Lúcia fez o que esteve ao seu alcance para negar o habeas corpus de Lula, assim como fez quando ajudou a impedir que Aécio Neves fosse preso — tudo de acordo com o “sentimento social”, que aplaudiu a decisão contra Lula e se calou diante da decisão favorável a Aécio.

* João Filho é cientista social e jornalista.
Autor do Jornalismo Wando.

CHARGE





Delegados tomaram posse, em solenidade, no Sindicato, no dia 12 de abril

Bancários elegem delegados sindicais

Os funcionários dos bancos públicos – Caixa, BB e Banrisul – tiveram a oportunidade de eleger seus representante para o mandato de 1º de abril de 2018 a 31 de março de 2019.

O delegado sindical é responsável por apoiar e encaminhar aos sindicatos e gestores as reivindicações dos trabalhadores, além de representar o sindicato junto aos empregados de sua unidade.

Espera-se, ainda, que os delegados sindicais mantenham contato permanente com os colegas da unidade de trabalho, discutindo individual e coletivamente, para organizar as reivindicações para melhorias das condições de trabalho e, posteriormente, encaminhar estas demandas ao sindicato e aos gestores.

CONHEÇA OS DELEGADOS ELEITOS PARA A BASE DO SINDICATO:

Delegados Banrisul

Francisco Dionisio Heuminski de Avila (Agência Pelotas)
Geruza Esteves Borges (Agência XV de Novembro)

Delegados Eleitos B. BRASIL

Tiago Pereira Leal (Agência Capão do Leão)
Carlos Jose de Azevedo Machado (Agência Jaguarão)

Delegados Eleitos CEF

Rogério de Farias (Agência Três Vendas)
Leandro Ramos (Agência Princesa do Sul)
Suplente: Paulo Luis Brum (Agência Princesa do Sul)
Rodrigo Lopes (Agência PA Justiça Federal)
Julio Jorge Silva (Agência PA Justiça do Trabalho)
Giovani Ladeira (Agência Pelotas)

APOIE O
Sul 21

Mensal

Assine o SUL21 e receba notícias diretamente em seu celular

[Veja os Planos >](#)

Semestral

Assine o SUL21 e receba notícias diretamente em seu celular

[Veja os Planos](#)

Anual

Assine o SUL21 e receba notícias diretamente em seu celular

[Veja os Planos](#)

Empresas e entidades

Sua empresa também pode assinar o SUL21 e receber notícias diárias, por whatsapp ou Telegram, ganhar ingressos para participação no Sul21Debates e receber notícias diárias por Newsletter.

[Assinatura Pessoa Jurídica](#)

Acesse o site <http://apoiadores.sul21.com.br/>

5º Congresso da Contraf-CUT aprova Plano de Lutas



Participando do 5º Congresso da Contraf-CUT os delegados presentes aprovaram o Plano de Lutas da categoria. As decisões foram tomadas com respaldo nas reflexões realizadas no Congresso sobre os “Desafios dos trabalhadores em 2018” e “O futuro do trabalho frente aos avanços tecnológicos”.

Um dos desafios a serem superados em 2018 é a manutenção dos direitos previstos nas atuais Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) dos bancários e dos financeiros. Será a primeira Campanha Nacional após a aprovação da reforma trabalhista (Lei 13.647/2017). A Contraf-CUT está preocupada em garantir a ultratividade da convenção. O parágrafo 3º do artigo 614 da nova Lei Trabalhista veda a ultratividade da CCT.

A Campanha Nacional de 2018 terá como objetivos estratégicos a manutenção da mesa única de negociações; a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho, mantendo seu caráter nacional e a integralidade das conquistas da categoria; renovar também os acordos específicos sem perda de conquistas.

A campanha deve estar ainda focada na defesa do empre-

go, dos bancos públicos e do papel social dos bancos, além do fortalecimento da representação da categoria. Outro desafio que deve ser enfrentado desde 2018 é defesa da democracia e da soberania nacional.

De acordo com Sérgio Seus, diretor do Sindicato que esteve presente no encontro, essas questões passam, também, pelas próximas eleições. “Nosso plano de lutas está focado na defesa dos nossos direitos, o que passa pela defesa da democracia e da liberdade de organização da nossa categoria”.

Durante o encontro, também foi eleita, por unanimidade, a nova diretoria para a gestão 2018/2022. Em um momento conturbado no país, os delegados elegeram uma chapa de unidade. “Estamos fazendo uma chapa única, num momento extremamente importante para o nosso país. Sabemos que, em alguns momentos temos, a nossas diferenças, mas tivemos a sabedoria de deixá-las de lado e mostrar que a nossa convergência é muito maior”, disse Juvandia Moreira, eleita presidenta da Contraf-CUT para a nova gestão.

Ao final do Congresso, os delegados aprovaram uma resolução manifestando repúdio à prisão de Lula.

Com informações da Contraf-CUT

Encontros definirão Campanha salarial

Embora a data-base da categoria seja apenas em 1º de setembro, as negociações com a Fenaban devem começar ainda em junho, devido às alterações provocadas pela Reforma Trabalhista. Como a entrega da pauta de reivindicações deve ocorrer no dia 12 de junho, o sindicato precisa adiantar essa discussão com vistas a manutenção das cláusulas da CCT.

Os bancários gaúchos irão se reunir em Porto Alegre, nos

dias 19 e 20 de maio, para o Encontro Nacional dos Bancários, os Encontros Estaduais do Banco do Brasil, da Caixa, de Bancos Privados e a 20ª Conferência Estadual de Bancários/as.

O Sindicato irá disponibilizar transporte aos bancários que tiverem interesse de participar das atividades. Para confirmar presença é necessário entrar em contato pelo telefone 3225-4066.

CAIXA

Novo presidente na Caixa: nada muda



A Caixa Econômica Federal tem novo presidente. Nelson Antônio de Souza, indicado pelo PP, assume no lugar de Gilberto Occhi. Mas, na prática, nada muda. A política a ser empregada deve se manter, ou seja, o desmonte continua.

O governo Temer deixa claro que a intenção é privatizar as estatais e a Caixa não escapa das garras do grande capital privado. Não é à toa que o banco tem reduzido a participação no mercado.

Desde novembro que a instituição financeira vem perdendo a liderança no setor imobiliário, saindo do primeiro lugar, ocupado até outubro. Em fevereiro, ficou na segunda posição, atrás do Bradesco que direcionou R\$ 1 bilhão para o financiamento da casa própria.

Paralelamente, o governo desmonta a Caixa por dentro. Funções e setores importantes são extintos. O quadro de empregados reduzido bruscamente e agências são fechadas em todo o país. Medidas que aos poucos acabam com o papel social do banco. Um verdadeiro prejuízo para o Brasil.

Fonte: Sindicato dos Bancários da Paraíba

BANCO DO BRASIL

Escritório Digital pode se tornar pesadelo em Pelotas



O escritório digital do BB está chegando a Pelotas com a propaganda de que pode “melhorar a qualidade do trabalho e de vida do bancário”. Em funcionamento desde 19 de janeiro, o “novo modelo de atendimento” se caracterizou como uma verdadeira “máquina de moer gente” em cidades que já contam com o serviço há mais tempo.

Em São Paulo, os escritórios digitais do Banco do Brasil se transformaram em um grande pesadelo para os trabalhadores do banco público. Desde o fim de 2016, o BB tem intensificado a criação das unidades digitais. Um modelo que no início era focado apenas no segmento Estilo, hoje abrange os segmentos de pessoa física, com migração de diversos clientes para as plataformas digitais do banco.

As denúncias são de que não faltam cobranças abusivas por metas e as condições de trabalho são péssimas. Desde 2017, o Sindicato dos Bancários de São Paulo tem recebido diversas denúncias sobre a absurda intensidade do trabalho nos escritórios digitais, com um volume gigantesco de ligações, sem contar a falta de ergonomia nestes locais de trabalho. Os bancários permanecem muito tempo sentados, em ambientes com pouca ventilação. O nível de ruído é outra queixa.

Ao adotar esse novo programa, o BB tem ampliado seu investimento no modelo de atendimento digital, inclusive se afastando do seu papel social enquanto banco público, se submetendo a uma lógica exclusivamente de mercado, visando apenas o lucro, assim como fazem os bancos privados.

Banrisulenses questionam venda das ações do banco



Mesmo após comunicar que não venderia mais ações do Banrisul, no início deste mês de abril, o governo Sartori (MDB) aproveitou de sua boa relação com o jornal Zero Hora para divulgar, novamente, a venda de ações do Banrisul.

Como de praxe, o governo agiu sem nenhuma transparência. A venda das ações se deu no dia 10 de abril. Foram vendidas 26 milhões de ações, gerando apenas R\$ 484,9 milhões aos cofres do Estado. Esse valor é insuficiente para pagar 1/3 da folha do serviço público do Estado.

Cada ação foi vendida por R\$ 18,65.

O pedaço negociado foi de 12,75% do capital social das ações preferenciais e 6,35% do capital total. Com isso, só resta ao Estado 50,6% do capital total do banco.

Enquanto mais uma fatia do patrimônio público dos gaúchos era vendida pelo governo Sartori, os bancários protestavam em frente ao DG, em Porto Alegre, em ato em Defesa do Banrisul. Estão sendo estudadas a estruturação de ações jurídicas para avaliar ilegalidades no processo de venda das ações do Banrisul.

“Esse é mais um passo para a privatização do banco. Como não foi possível mudar a Constituição. O governo

está vendendo as ações do banco, aos poucos, de forma escamoteada, para atingir seu objetivo”, critica Rafael Silva, diretor do sindicato e funcionário do Banrisul.

Ele explica, ainda, que, quanto mais ações pertencerem ao mercado, mais o viés do banco se torna privado e isso impacta tanto no atendimento à população quanto no trabalho dos funcionários, que ficam sujeitos a perder direitos adquiridos, como os 5 ABAS, a PLR Banrisul (1,8% do lucro do banco), o vale alimentação e o 13º cesta-alimentação, entre outros.

Com informações da Fetrafi-RS

Às favas com a democracia: ex-presidente Lula torna-se preso político



O Brasil passa por um dos momentos mais conturbados da sua história desde a redemocratização, ao final da década de 1980. A verdade é que, até hoje, os que se alvoroçaram pedindo o impedimento da presidente Dilma Rousseff (PT) não conseguem explicar, sem ruborizarem-se, o porquê de tamanha seletividade por parte dos poderes Legislativo e Judiciário. A grande farsa nacional para retirar Dilma do poder, sob o argumento do “crime de responsabilidade fiscal”, revelou-se, ao país, com a benevolência do Congresso e do STF para tratar dos casos envolvendo o senador Aécio Neves (PSDB) e o presidente Michel Temer (MDB), mesmo com provas materiais de que estariam envolvidos em escândalos de corrupção tão graves quanto os que são atribuídos ao ex-presidente Lula (PT).

O mesmo Supremo Tribunal Federal (STF) que deixou de cumprir a Constituição, ao não conceder Habeas Corpus ao ex-presidente Lula (PT), por 6 votos a 5, já havia decidido de forma favorável ao senador Aécio Neves (PSDB), em outubro de 2017, quando determinou que “o afastamento de um parlamentar precisaria do aval do Congresso”. Trata-se de uma Corte que age, como se vê, por motivação política. Às favas com a Constituição. Às favas com o Estado Democrático de Direito. Às favas com os princípios basilares que regem uma República. Não há o que esconder. O Senador Romero Jucá (MDB) já havia revelado, em conversa com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Na ocasião, Jucá deixa bem claro que um possível governo Temer deveria construir um grande pacto nacional: “com o Supremo, com tudo”.

Dito isso, nada mais poderia causar constrangimento. Temer (MDB), que já havia liberado recursos para o empenho de emendas parlamentares, livrando-se das investigações por corrupção, teve um encontro privado, fora da agenda, com a ministra Carmen Lúcia, presidente do STF. A conversa se deu, em março, na mesma semana em que o sigilo bancário do atual presidente da República havia sido quebrado. É

impossível evitar o escárnio com a cara da população. Em meio a uma enorme crise política, um presidente, réu em escândalos de corrupção, encontra com a ministra que votou de forma favorável à Aécio e, posteriormente, votaria de forma contrária à Lula.

O ex-presidente, de origem operária, não teve a mesma “sorte” dos articuladores da farsa do impeachment. Teve de se entregar à Polícia Federal, logo após o STF negar o seu direito constitucional ao Habeas Corpus, e o TRF-4 autorizar o juiz Sérgio Moro a executar a pena. O que foi feito em tempo recorde, da forma mais célere possível. Mesmo sem a assinatura que comprove que o imóvel, no Guarujá, pertence ao ex-presidente, a Justiça brasileira diz entender que há provas de que Lula teria recebido propina da construtora OAS por meio do triplex e das reformas a ele atribuídas.

Lula está sendo condenado a 12 anos e um mês de prisão, em regime fechado, por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, mas sua condenação entrará para a história como uma tomada de decisão política. A negação do Habeas Corpus, mesmo com a ausência de documentos que comprovem a acusação, será sempre comparada à decisão do STF, em relação ao senador tucano, após a revelação dos áudios denunciando que ele teria cometido os mesmos crimes dos quais o petista é acusado. A postura do Judiciário brasileiro, em relação aos diferentes atores envolvidos em denúncias de corrupção, revela que os crimes, em si, não são o que os mobiliza, neste momento, mas sim o interesse político e eleitoral. O suposto crime de lavagem de dinheiro só interessa se puder ser utilizado, como justificativa, para impedir que o líder nas pesquisas de intenção de voto concorra às eleições presidenciais. Essa é a marca registrada não só do poder Judiciário e do parlamento brasileiro, mas de todos que os aplaudem; afinal, antes mesmo do resultado das próximas eleições, já sabemos quem está saindo vitoriosa. Sim! Ela mesma! A hipocrisia! (Eduardo Menezes/Sul21)

Sindicato apresenta Balanço Patrimonial

Em assembleia realizada na sede do Sindicato, no dia 28 de março, o Sindicato realizou uma Assembleia Geral Ordinária de prestação de contas do período de janeiro a dezembro de 2017. A prestação de contas está prevista no estatuto da Entidade e costuma ocorrer, todos os anos, durante o mês de março. Dessa forma, o Sindicato reafirma o compromisso com a transparência nas suas contas, possibilitando que os filiados tomem conhecimento da destinação dos recursos da categoria.

Durante todo o ano de 2017, o Sindicato foi implacável em cumprir seus compromissos junto à categoria. A intensa mobilização frente aos ataques do atual governo precisa ser ainda maior neste ano de 2018 e essa unidade passa, necessariamente, pelo interesse e envolvimento de todos no dia a dia do Sindicato.

**4ª MOSTRA MUSICAL
DE TALENTOS BANCÁRIOS**
INSCRIÇÕES ABERTAS



PARTICIPE!
Até DIA 18/5 - NO SINDICATO
RUA TIRADENTES, 3087

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	1.331.987,87D
ATIVO CIRCULANTE	1.331.987,87D
DISPONIVEL	1.142.872,60D
CAIXA	1.984,95D
CAIXA	1.984,95D
BANCO CONTA MOVIMENTO	9.855,32D
BANRISUL	69,67D
BANRISUL - CENTRO	482,62D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 0031-8	9.303,03D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	1.131.032,33D
BANCO DO BRASIL	105.128,31D
BANRISUL - CDB 35.0-5	40.485,13D
BANRISUL - CDB AÇÕES COLETIVAS 38.0-4	48.957,02D
BANRISUL - RENDA FIXA	203.939,19D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - DI LP	258.829,42D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - RF LP	379.252,67D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Poupança/Ações Coletiv	94.440,59D
CREDITOS	5.184,16D
CREDITOS DE MENSALIDADE	5.184,16D
BRADESCO	5.184,16D
OUTROS CREDITOS	6.600,00D
EMPRESTIMOS	6.600,00D
EMPRESTIMOS	6.600,00D
IMOBILIZADO	177.331,11D
IMOVEIS	126.340,24D
EDIFICIOS	126.340,24D
MOVEIS E UTENSÍLIOS	94.626,72D
MÓVEIS E UTENSÍLIO	94.626,72D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	14.969,79D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	14.969,79D
VEÍCULOS	41.858,25D
VEÍCULOS	41.858,25D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	85.803,32D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	85.803,32D
INSTALAÇÕES	14.597,50D
INSTALAÇÕES	14.597,50D
(-) DEPRECIações, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO ACUMULADA	200.864,71C
(-) DEPRECIações DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	72.178,81C
(-) DEPRECIações DE INSTALAÇÕES	7.488,43C
(-) DEPRECIações DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS	15.009,20C
(-) DEPRECIações DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	77.065,23C
(-) DEPRECIações DE VEÍCULOS	29.123,04C
PASSIVO	1.331.987,87C
PASSIVO CIRCULANTE	221.115,32C
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	218.583,91C
AÇÕES COLETIVAS	218.583,91C
AÇÕES COLETIVAS - BANCO DO BRASIL	20.978,62C
AÇÕES COLETIVAS - BANCO DO BRASIL	6.813,62C
AÇÕES COLETIVAS - BANCO DO BRASIL	1.004,17C
AÇÕES COLETIVAS - BANCO DO BRASIL	26.982,23C
AÇÕES COLETIVAS - BANRISUL	35.002,26C
AÇÕES COLETIVAS - BANRISUL	698,80C
AÇÕES COLETIVAS - BANRISUL	48.950,77C
AÇÕES COLETIVAS - BANRISUL	15.446,66C
AÇÕES COLETIVAS - BRADESCO	4.202,85C
AÇÕES COLETIVAS - BRADESCO	392,37C
AÇÕES COLETIVAS - BRADESCO	259,43C
AÇÕES COLETIVAS - BRADESCO	6.299,72C
AÇÕES COLETIVAS - BRADESCO ARROIO GRANDE	4.818,59C
AÇÕES COLETIVAS - CEF	620,70C
AÇÕES COLETIVAS - DIVERSAS	7.364,12C
AÇÕES COLETIVAS - HSBC	4.063,49C
AÇÕES COLETIVAS - Rendimento de Poupança	33.045,78C
AÇÕES COLETIVAS - SANTANDER	820,70C
AÇÕES COLETIVAS - SANTANDER	316,24C
AÇÕES COLETIVAS - SANTANDER	502,79C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	500,80C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	500,80C
INSS RETIDO A RECOLHER	259,44C
IRRF A RECOLHER	233,24C
ISS RETIDO A RECOLHER	8,12C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	1.258,61C
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	1.859,54D
RESCISÃO A PAGAR	1.627,66C
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR	3.487,20D
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	3.118,15C
FGTS A RECOLHER	743,73C
INSS A RECOLHER	2.311,77C
PIS S/FOLHA A RECOLHER	62,65C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	772,00C
CONTAS A PAGAR	772,00C
HONORARIOS A PAGAR	772,00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.110.872,55C
RESERVAS	1.110.872,55C
RESERVAS	1.110.872,55C
SUPERAVIT ACUMULADO	1.110.872,55C